

**AUTORIZAÇÃO****AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL****Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0019840/2025-51**

A Supervisora Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **RIO DOCE**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO REQUERIMENTO INTERVENÇÃO AMBIENTAL	DE DE	NÚMERO DOCUMENTO	DO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Convencional		2100.01.0019840/2025-51		URFBIO RIO DOCE/NAR CARATINGA
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Nome: <b>Município de Bom Jesus do Galho</b>				CPF/CNPJ: 18.334.276/0001-71
Endereço: <b>Rua Vital Martins Bueno</b>				Bairro: Centro
Município: Bom Jesus do Galho		UF: MG		CEP: 35.340-000
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>				
Nome: <b>Município de Bom Jesus do Galho</b>				CPF/CNPJ: 18.334.276/0001-71
Endereço: <b>Rua Vital Martins Bueno</b>				Bairro: Centro
Município: Bom Jesus do Galho		UF: MG		CEP: 35.340-000
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>				
Denominação: <b>ÁREA RURAL - AVENIDA</b>				Área Total (ha): 7,74
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Não se aplica				Município/UF: Bom Jesus do Galho/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Não se aplica - Infraestrutura Pública				

<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA</b>				
Tipo de Intervenção			Quantidade	Un
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP			0,12	ha
*****			****	****
*****			****	****
<b>5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
Uso a ser dado à área		Especificação	Área (ha)	
Infraestrutura		Implantação ou duplicação de rodovias ou contornos rodoviários	0,12	
****		*****	*****	
<b>6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Mata Atlântica	0,12	****	****	0,12
*****	*****	****	*****	****
*****	*****	*****	*****	*****
Total:	0,12	*****	Total:	0,12
<b>7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
Lenha	Nativa	0,398	m³	
Madeira	Nativa	2,286	m³	
*****	*****	*****	*****	
<b>8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA</b>				
Christóvão Itaídes da Rocha – MASP 1.021.072-2 Ânderson Siqueira Teodoro – MASP 1.147.764-3 Data da Vistoria: 26/08/2025				
<b>9. VALIDADE</b>				

Data de Emissão: 29/10/2025 Validade: Até 29/10/2028 - 3 (três) anos	Observações: <b><i>ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.</i></b>
---	---

## 10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	SIRGAS 2000	23K	780.758	7.804.241
*****	****	****	****	*****
*****	****	****	****	****

## 11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

### ***MEDIDAS MITIGADORAS***

1. Realizar quaisquer tipo de intervenção fora do período de chuvas.
2. Não realizar a supressão e retirada de vegetação/gramíneas existentes nas margens do rio/córrego, devendo-se adotar todos os meios técnicos necessários para não ocorrer nenhuma intervenção em sua borda;
3. Realizar a proteção das margens para não ocorrer carreamento de partículas para o leito do rio/córrego;
4. Adotar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
5. Realizar a coleta, acondicionamento e destinação adequada de todos produtos e resíduos sólidos e contaminantes, que porventura possa vir a existir na localidade.

### ***MEDIDAS COMPENSATÓRIAS:***

*“Executar o Projeto de Recuperação de Área Degrada ou Alterada – PRADA – anexo ao processo, com a recuperação de uma área total de **1,455ha**, área superior ao equivalente a 1:1 para a área de APP intervinda, situada na mesma Sub-bacia Hidrográfica, área de influencia do empreendimento, conforme inciso I do Art. 75 do Decreto nº 47.749/2019. Possui como coordenadas de referência **X1= 780.694; Y1= 7.804.057 e X2= 780.859; Y2= 7.804.595 (UTM, Sirgas 2000)**, na modalidade de **plantio**, no prazos estabelecidos no quadro de condicionantes”.*

## 12. OBSERVAÇÃO

**Condicionantes:**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	“Executar o Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Alterada – PRADA – apresentado anexo ao processo, em área de <b>0,155ha</b> , tendo como coordenadas de referência <b>X1= 780.694; Y1= 7.804.057 e X2= 780.859 ; Y2= 7.804.595 (UTM, Sirgas 2000), na modalidade de <b>plantio</b>”.</b>	Até <b>180 dias</b> , após obtenção da autorização.
2	Apresentar relatório técnico com anexo fotográfico, do andamento do cumprimento das compensações ambientais citando o número do processo intercorrente <b>SEI nº 2100.01.0019840/2025-51</b> . Informar quais as medidas silviculturais adotadas no período e as necessidades de intervenção no plantio. Indicar as espécies e número de mudas plantadas, tratos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. <b>OBS: A conclusão do projeto se dará <b>somente</b> com a comprovação da <b>recuperação total</b> da área.</b>	Até <b>1 mês</b> após o início do plantio e posteriormente, de forma <b>anual</b> até conclusão do projeto.
3	Apresentar comprovação da sinalização com placas educativas/advertência para a importância e proteção ambiental / conservação da área de APP.	Até <b>60 dias</b> após obtenção da autorização

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

***Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.***

***Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.***



Documento assinado eletronicamente por **Núbia Lais Fernandes Batista**, Servidora Pública, em 31/10/2025, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **126310599** e o código CRC **30ED25B8**.